



Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul
Tribunal de Justiça
Assessoria de Planejamento

ATA DA 7ª REUNIÃO DE ANÁLISE DA ESTRATÉGIA DO TJMS – RAE

1. IDENTIFICAÇÃO DA REUNIÃO

Data	Horário	Local	Coordenador
16.12.2015 de Almeida	14h	Sala de Reunião da Presidência	Dr. Luiz Antonio Cavassa

2. OBJETIVOS DA REUNIÃO

1. Atender a Resolução 198, art 9º, do CNJ, em que os tribunais deverão promover Reunião de Análise da Estratégia - RAE, pelo menos quadrimestralmente, para acompanhamento dos resultados, nas quais poderão promover ajustes e outras medidas necessárias à melhoria do desempenho institucional.

3. PARTICIPANTES

1. Luiz Antonio Cavassa de Almeida (Juiz Auxiliar da Presidência)
2. Dr. Alexandre Antunes da Silva (Juiz Auxiliar da Presidência)
3. Dr. Ricardo César Carvalheiro Galbiati (Juiz Auxiliar da Vice-Presidência)
4. Dr. Juliano Rodrigues Valentim (Juiz Auxiliar da Corregedoria Geral de Justiça)
5. Newton Cesco Júnior (Diretor de Planejamento)
6. Tatiana Barbosa Rodrigues (Coordenadora de Planos Institucionais)
7. Josiany Angelica Silva Oliveira (Auxiliar Judiciário I, lotada na Coordenadoria de Planos Institucionais)

4. PAUTA

Assunto

1. Apresentação do panorama referente ao 1º semestre do Plano Estratégico 2015-2020.
2. Apresentação dos resultados estatísticos do TJMS em 2015, conforme a Resolução 76/2009 do Conselho Nacional de Justiça.



Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul

Tribunal de Justiça

A ssessoria de Planejamento

ATA DA 7ª REUNIÃO DE ANÁLISE DA ESTRATÉGIA DO TJMS – RAE

5. DISCUSSÃO DA RAE

Iniciada a reunião, o Diretor de Planejamento, Sr. Newton Cesco Junior, cumprimentou os presentes e disse que num primeiro momento seriam apresentados os resultados do primeiro semestre do Plano Estratégico 2015-2020 e, em seguida, o panorama da Justiça em Números, de acordo com a Resolução 76, do CNJ. Enfatizou ainda, a ampliação do número de indicadores presentes na Resolução de 178 para 412. Os dados foram apresentados e referenciados através de arquivo no formato Power Point, que segue anexo a este documento. Iniciada a análise dos resultados coletados no primeiro semestre de vigência do Plano Estratégico 2015-2020, o Sr. Newton Cesco Junior apresentou o objetivo I e esclareceu que seu resultado permanece indisponível, pois, será medido através de pesquisa a ser realizada pela Secretaria de Comunicação, a cada dois anos. O objetivo II foi apresentado com status verde, indicando que as metas de seus indicadores foram alcançadas. Para o objetivo III existem dois indicadores. O primeiro, referente ao redesenho das rotinas administrativas, permaneceu indisponível, pois, seu início está previsto para janeiro de 2016. Nesse momento, o Sr. Newton Cesco Junior argumentou a importância, o processo e os resultados esperados para o projeto de redesenho das rotinas administrativas, a exemplo de outros estados como Rondônia, Sergipe e Brasília. O segundo indicador foi 100% atingido, entretanto, o objetivo permaneceu com “status cinza” por apresentar o primeiro indicador indisponível. O objetivo IV ultrapassou a meta de 70%, alcançando 76,61% da taxa de agilidade. O objetivo V possui dois indicadores: 1. Percentual de cumprimento de monitoramento dos processos dos grandes litigantes e dos recursos repetitivos; 2. Índice de Concentração de Processos dos Maiores Litigantes (ICP). Ambos permaneceram indisponíveis. Para o primeiro indicador, a meta é alcançar 60% do percentual de cumprimento de monitoramento dos processos dos grandes litigantes e dos recursos repetitivos até dezembro de 2016, e para o segundo, reduzir o Índice de Concentração de Processos dos Maiores Litigantes em 0,5% ao ano até 2020. Foi enfatizado que o NURER do TJMS ainda não realiza os procedimentos de monitoramento e que é necessária adequação para atender as exigências do CNJ de que se faça o monitoramento da Justiça Comum e do Segundo Grau. Foi ainda relatado que para o Segundo Grau, a Secretaria Judiciária faz lançamentos específicos de grandes litigantes e recursos repetitivos. Nesse momento, o Dr. Juliano Rodrigues Valentim complementou dizendo que a movimentação existente no segundo grau é genérica, o que dificulta a identificação dos processos que fazem parte de uma decisão definitiva acerca um recurso repetitivo. Após, o Sr. Newton Cesco Junior retomou a palavra e afirmou a necessidade de estruturar o NURER para que seja possível a automatização dos serviços de identificação dos processos dos grandes litigantes e dos recursos repetitivos. Seguindo a apresentação, mostrou as metas relacionadas ao objetivo VI. Para alcançar a meta do indicador II foram instalados 05 CEJUSCs em comarcas do interior: Corumbá, Três Lagoas, Ponta Porã,



Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul

Tribunal de Justiça

A ssessoria de Planejamento

ATA DA 7ª REUNIÃO DE ANÁLISE DA ESTRATÉGIA DO TJMS – RAE

Dourados e Naviraí. Em seguida foi apresentado o objetivo VII, que reflete a meta ENASP. O resultado alcançado foi de 39,2%, o que representa um aumento de 13,2%, em relação ao ano anterior, porém, insuficiente para alcançar a meta de 50%. O objetivo VIII, “Potencializar o capital humano para a execução da estratégia”, tem como metas de seus indicadores: treinar 100% dos novos servidores em até 6 meses após sua nomeação; Mapear, anualmente, 20% das competências dos servidores do PJMS; e, aumentar em 1% a média geral do resultado de Avaliação de Impacto de Treinamento dos dois últimos anos anteriores ao ano em curso. A primeira meta foi 100% atingida e nesse período foram treinados 149 servidores. As outras duas metas ficaram indisponíveis. Com relação ao mapeamento de competências, o Sr. Newton Cesco Junior esclareceu que essa é uma meta do CNJ/2016 a ser executada nos Tribunais de Justiça, e um projeto para tal fim já recebeu autorização da administração para ser iniciado no TJMS. Ademais, foi ressaltada a importância e os benefícios advindos do mapeamento de competências para este Tribunal. Foram apresentadas as metas para objetivo IX, “promover a melhoria do clima organizacional da instituição, da comunicação interna e da qualidade de vida”. Dentre elas, a meta “alcançar 100% das ações decorrentes do plano de comunicação da estratégia”, teve como uma de suas ações a confecção e distribuição da agenda 2016 com o tema do Plano Estratégico 2015-2020 a fim de promover a estratégia do Judiciário entre seus servidores, e alcançou 75% de cumprimento. O indicador de cumprimento do plano de ação da pesquisa de qualidade de vida no trabalho teve o alcance de 100% da meta. A meta de “reduzir para 2% o afastamento de servidores decorrente de atestado médico e licença médica para tratamento da própria saúde” ficou indisponível para análise, tendo a sua coleta de dados anual prevista para a próxima RAE. Nesse momento, foram discutidos os ganhos de agilidade, facilidade e segurança para geração de relatórios gerenciais, tais como os de afastamento e licença de servidores, através da ferramenta *BI*. Em continuidade, a reunião avançou para análise do objetivo X, que tem como metas: atender 100% dos itens do *checklist* de condições de trabalho e alcançar 100% das ações decorrentes do plano de obras. Em virtude de atraso no fechamento do *checklist*, esta meta não pôde ser aferida. Quanto ao cumprimento do plano de obras, o resultado alcançado foi de 5,20%. Em sua análise, foi constatado que algumas obras previstas para 2015 foram remanejadas para 2016 devido à solicitação de mais serviços pelas Comarcas e as demais obras encontram-se em andamento: reforma do Fórum de Jardim, Ponta Porã e Costa Rica: licitação marcada para 2015; reforma do Fórum de Deodópolis, ar condicionado do CIJUS e reforma do TJMS: aguardando decurso de prazo; e Construção do Fórum de Inocência: aguardando assinatura do contrato. O objetivo XI visa a atender 100% das necessidades de tecnologia e informação identificadas para o projeto de “elaboração de implantação de modelo e software de gestão de desempenho dos oficiais de justiça”. Dentre as necessidades identificadas: 30% são referentes a informações gerenciais e foram atendidas, 40% são alterações no sistema SAJ e 30% são necessidades de disponibilização de ferramenta móvel, ambas a serem realizadas. No objetivo XII, o indicador de taxa de aderência ao questionário de



Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul

Tribunal de Justiça

A ssessoria de Planejamento

ATA DA 7ª REUNIÃO DE ANÁLISE DA ESTRATÉGIA DO TJMS – RAE

governança permanece indisponível, pois, a coleta de dados será realizada através do resultado anual obtido junto ao CNJ. O segundo indicador refere-se ao cumprimento dos acordos de nível dos serviços de tecnologia. O resultado obtido para esse indicador foi de 94,49%, sendo a meta de 95%. O último objetivo, “Aprimorar a gestão do orçamento alinhando ao plano estratégico”, teve resultado indisponível. Esse objetivo tem como meta alcançar pelo menos 80% do orçamento planejado para os projetos estratégicos executados. A importância desse indicador foi explanada através da necessidade de recursos disponíveis para execução de projetos estratégicos, inclusive, segundo determinação do CNJ. Finalizada a análise dos resultados do Plano Estratégico em seu primeiro semestre de vigência, o Sr. Newton Cesco Junior deu início à apresentação do panorama estatístico de 2015, do PJMS, abordando casos novos, baixados e pendentes. Em todas as análises, foram comparados o desempenho dos últimos 3 anos. Quanto aos casos novos, na Justiça Comum: 2014 apresentou uma redução de 2,3% em relação a 2013; Em 2015, por outro lado, houve um aumento de 14,2% em relação a 2014, chegando a 204.938. Nos Juizados: em 2013 a quantidade foi de 66.387, em 2014 essa quantidade caiu 2,1% indo a 64.991; em 2015 houve uma explosão, alcançando 78.295 casos novos, que equivalem a um aumento de 20,5% em relação ao ano anterior. Nesse momento, o Dr. Alexandre Antunes da Silva observou que esses números deverão sofrer aumento no próximo ano, em virtude da crise financeira que o país enfrenta. Na relação de processos baixados, na Justiça Comum: em 2013 foram baixados 184.412 processos, em 2014 foram 187.254, representando aumento 1,5%, e em 2015 houve um aumento de 1,8%, totalizando 190.567 processos. O Dr. Ricardo César Carneiro Galbiati ponderou que os magistrados já estão em seu limite de capacidade de atendimento da demanda e que não é possível aumentar em 15% o número de processos baixados com o capital humano que o TJMS possui. Dando prosseguimento, o Sr. Newton Cesco Junior apresentou os resultados nos Juizados: 73.419 foram baixados em 2013, em 2014 esse número caiu 9,1%, e em 2015 aumentou 20,9%, somando 80.720 processos baixados. O Dr. Juliano Rodrigues Valentim citou a atuação da CPE como um dos fatores para esse aumento. O Sr. Newton Cesco Junior avançou fazendo uma análise da relação entre casos novos e baixados, que é um dos critérios para a concessão do selo do CNJ, sendo que em 2013 e 2014 o número de baixados, na Justiça Comum, foi maior que o número de casos novos. O Dr. Ricardo César Carneiro Galbiati observou que é muito difícil trabalhar com uma variação de 14% no número de processos e que essa não é a média regular de aumento. O Sr. Newton Cesco Junior argumentou que diante da perspectiva de aumento, é necessária uma atuação forte dos CEJUSCs na fase pré- processual para evitar uma explosão no número de casos novos. O Dr. Alexandre Antunes da Silva, por sua vez, questionou a eficácia dos procedimentos pré- processuais. Sendo assim, o Dr. Luiz Antonio Cavassa de Almeida afirmou que em alguns estados que implantaram tais procedimentos houve uma redução, como por exemplo: Santa Catarina, Mato Grosso e Goiás. O Dr. Ricardo César Carneiro Galbiati afirmou ainda que essa é uma questão cultural e que implica na mudança de paradigmas



Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul
Tribunal de Justiça
Assessoria de Planejamento

ATA DA 7ª REUNIÃO DE ANÁLISE DA ESTRATÉGIA DO TJMS – RAE

por parte de magistrados, partes e advogados. Dando continuidade às análises, o Sr. Newton Cesco Junior apresentou os resultados dos casos pendentes em 2013, 2014 e 2015, destacando a mudança na fórmula de cálculo, que passou a somar os processos em andamento e os suspensos. Por fim, as taxas de congestionamento também foram analisadas. Cabe ressaltar que em 2015, diante da nova fórmula de cálculo, houve dois resultados: a taxa de congestionamento bruta e a taxa líquida, sendo que esta retira os suspensos do cálculo e teve variação de 1,7% em relação ao ano anterior, na Justiça Comum, e 7,6% nos juizados. Não havendo mais nada a deliberar, eu, Josiany Angelica Silva Oliveira, que lavei a presente ata, dou-a por encerrada. Após, será repassada pelo SCDPA para assinatura digital dos membros do Comitê.

6. FECHAMENTO DA ATA

Participantes

Assinatura Digital

1. Luiz Antonio Cavassa de Almeida (Juiz Auxiliar da Presidência)
2. Dr. Alexandre Antunes da Silva (Juiz Auxiliar da Presidência)
3. Dr. Ricardo César Carvalheiro Galbiati (Juiz Auxiliar da Vice-Presidência)
4. Dr. Juliano Rodrigues Valentim (Juiz Auxiliar da Corregedoria Geral de Justiça)
5. Newton Cesco Júnior (Diretor de Planejamento)
6. Tatiana Barbosa Rodrigues (Coordenadora de Planos Institucionais)
7. Josiany Angelica Silva Oliveira

7. DATA DA ATA

Campo Grande, 16.12.2015